

LARISSA TISSOT

Políticas Públicas e Assistência Social.

No dia 24 de agosto de 2017, a professora Larissa Marsolik Tissot, assistente social e atualmente Assessora Técnica da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social (SEDS) para o Programa Paraná Seguro foi responsável pela palestra “Políticas Públicas e Assistência Social: Desafios Contemporâneos”, ministrada ao Curso de Serviço Social do UniBrasil Centro Universitário. Larissa já foi professora desse Centro Universitário e hoje tem uma vasta experiência e conhecimento na área da política de Assistência Social.

Larissa Tissot é graduada em Serviço Social, possui especialização em Família e Políticas Públicas e em Gestão Pública com ênfase em Planejamento e Avaliação de Políticas Sociais, sendo suas áreas de atuação mais expressivas a de Ciências Sociais Aplicadas, Políticas Públicas, Assistência Social e Direitos da Criança e do Adolescente.

Em uma conversa inicial com os/as estudantes presentes foi possível conhecer quem atua, estagia ou conhece a Política da Assistência Social. Larissa destacou, então, que as políticas públicas são construídas, pensadas e implantadas para responder demandas da sociedade. Dessa maneira, podemos afirmar políticas públicas como instrumento ou conjunto de ações dos governos, elaboradas para enfrentar um problema público, ou seja, um problema da sociedade. Também são um conjunto de decisões e ações direcionadas a problemas políticos, entendidos como nossos, da sociedade, da comunidade. Dessa forma, segundo ela, pensar em política pública como solução, como a maneira em que o Estado tenta enfrentar ou entregar resposta a sociedade, como ações do Estado decorrentes de demandas sociais, deixa mais evidente seu propósito.

Atualmente “Política Pública” é um termo muito utilizado no senso comum erroneamente. Como assistentes sociais, temos que entender o que é de fato o nosso papel na defesa intransigente desses direitos. Caso contrário, o rumo da trajetória profissional pode se perder, como alertou a palestrante.

Ao longo de sua carreira, Larissa trabalhou visando à prevenção de situações de risco e oferta de serviços que buscam a socialização e a convivência familiar e/ou comunitária, atuando diretamente em instâncias importantes do processo de controle social, como Conselheira Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; membro da Comissão Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente; Conselheira Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Conselheira Estadual de Assistência Social e como Secretária Executiva da Comissão Intergestora Bipartite. A partir de sua experiência com o controle social, ela pontua que o conceito de política pública tem relação com a esfera pública, ou seja, da “coisa pública”, pois a legislação, a partir da Constituição de 1988, prevê a

AUTORA:

Jussara Marques de Medeiros
– professora do curso de
Serviço Social do UniBrasil
Centro Universitário; mestre
em Tecnologia.



Larissa Tissot

participação da sociedade civil. Contudo, é preciso considerar que elas não são unilaterais do ponto de vista de sua execução - que pode ser realizada pelo Estado ou por uma instituição privada que preste serviço público. Por exemplo: o serviço de acolhimento pode compor a rede socioassistencial do SUAS e está executando também as políticas públicas. Porém é papel do Estado ofertar políticas públicas, embora as organizações não governamentais possam ser grandes parceiras desse processo.

A legislação destaca a importância da primazia do público e que, efetivamente, a sociedade civil possa ser participante e fiscalizadora das ações que são realizadas em conjunto com o Estado. Larissa Tissot evidencia que as legislações não garantem que as pessoas entendam, incorporem e passem a atuar na política. Para ela, a legislação vem calçada de uma perspectiva histórica de construção de atores sociais: "Quando escrevemos um documento como uma Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que hoje para nós é uma resolução, ele é pensado como uma resolução do CNAS - que vem a imprimir diretrizes para cada um dos programas, projetos e serviços e benefícios do SUAS - e dessa forma estamos colocando ali o que vai responder às expressões da questão social. É necessário pensar que esta legislação não está calçada apenas num processo de luta, mas no nosso dia a dia de trabalho. Temos que garantir um processo de

política pública com ética, com compromisso", afirmou ela.

Assim, a partir do controle social, os conselheiros não governamentais são agentes públicos inseridos no processo. Por isso é necessário conhecimento e formação em políticas públicas para que seus atores ajam com criticidade. A partir das políticas públicas, o Estado deve buscar atender às necessidades básicas da população, pois políticas públicas são ações do Estado decorrentes de demandas da sociedade e financiadas com recursos da própria sociedade

Entre 2014 e 2016, a palestrante atuou como Chefe de Escritório Regional



Glacielli Thaiz Souza de Oliveira, Larissa Tissot e Wanda Camargo.

da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social/SEDS, prestando assessoramento técnico às equipes e gestores municipais de Curitiba e aos 28 municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba, fortalecendo e estimulando boas práticas. Em 2017 foi indicada para a presidência da Fundação de Ação Social (FAS) de Curitiba e atuou também como presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado Paraná (Cogemas-PR), órgão responsável pela articulação e fortalecimento da política de assistência social no Estado. A experiência em política pública lhe dá subsídios para afirmar que é importante que os profissionais que atuam na política conheçam seus processos, para que garantam os princípios da Política da Assistência Social. Este fato destacado é de suma importância, visto que vivemos um momento de cortes nos recursos das políticas públicas, incluindo o Sistema Único da Assistência Social. Mesmo sendo a política regulamentada pela Lei nº12435/2011, a partir da força coletiva de múltiplos sujeitos históricos,

como bem ressalta Larissa, foram propostos cortes de orçamento para o próximo ano que inviabilizariam o atendimento de proteção social à população, conforme previsto na política.

A política da Assistência Social foi um grande avanço na nossa sociedade e uma grande luta dos assistentes sociais, hoje inseridos nos vários espaços sócio ocupacionais desta política. Ela é hierarquizada em proteção social básica e em proteção social especial. A primeira consiste no trabalho preventivo nos territórios com famílias vulnerabilizadas, que mantém os vínculos familiares, e a segunda, na atenção direcionada a famílias e indivíduos com vínculos fragilizados e rompidos, em situação de risco social. Hoje, os serviços da política são tipificados, ou seja, com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais foi possível saber quais serviços devem ou não ser executados. Porém, conforme a palestrante exemplificou, existe um forte conservadorismo nesta política, considerando sua história de favor, de benesse, de clientelismo. O grande desafio

de natureza política hoje é escolher um gestor público por competência, visto que para operar a política é necessário ter conhecimento técnico.

Em nosso cotidiano, o conceito de política pública não é tão evidente quando acompanhamos o processo de trabalho de nossos colegas, não só assistentes sociais, mas demais trabalhadores. As políticas emergem de um contexto social no qual há um jogo de forças. As políticas foram e são historicamente construídas a partir de um contexto socialmente crítico, em que os trabalhadores tiveram que lutar para que elas fossem de fato implementadas. A conjuntura de políticas públicas e sociais nem sempre foram assim e temos que lutar pela sua permanência, pois são ações financiadas com recursos de toda a sociedade: por isso é um problema nosso!

Para Larissa, “discutir a política pública não é um problema apenas do Serviço Social ou no âmbito apenas do espaço profissional, pois ela enfrenta as expressões da questão social e, assim sendo, discutir com familiares, comunidade, pessoas com as quais nos relacionamos, nos espaços diferentes, inclusive com a participação em Movimentos

Sociais, compõe o conjunto de forças que fomentaram a consolidação destas políticas, não apenas no nosso País”.

Os desafios contemporâneos para as políticas públicas são a violência e a falta de oferta de trabalho suficiente com o território. Temos o desafio de conhecer onde chegamos, se o número de profissionais é suficiente, se as ofertas de serviços atendem aos cidadãos. Hoje temos unidades de articulação ainda com territórios desprotegidos, com índices de desenvolvimento humano baixo e apenas um profissional. A universalização dos serviços é fundamental, o pacto entre os entes federados, Estado, Município e Governo Federal deve ser horizontal, para garantir o atendimento às necessidades dos cidadãos.

Ao final, a palestrante encerra pontuando: “Como trabalhar perspectiva de consciência de classe e autonomia com pessoas com ‘barriga roncando de fome’, com dor no corpo, com uma casa destelhada? Não se deve confundir assistência e assistencialismo, entretanto, os mínimos sociais devem ser ofertados”. Marx também já afirmava que, para fazer história, é necessário comer, beber, vestir:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais.



Segundo Larissa Tissot, um dos maiores desafios hoje é a necessidade da qualificação dos trabalhadores do SUAS, para romper com os paradigmas conservadores na política pública e a luta para a expansão de direitos dos usuários dos programas, projetos, serviços e benefícios desta política, duramente conquistada. ●